

Quadro Negro

www.sinprodf.org.br



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL ANO XXXIX - Nº 202 / SETEMBRO DE 2018

UMA CHANCE PARA A DEMOCRACIA

ORDEM E PROGRESSO

JK2A88



Eleições 2018: não podemos referendar o golpe de 2016

LE MONDE diplomatique - Brasil



Sinpro(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.
Telefax: 3556-9105

Subsede em Planaltina: Av. Independência,
quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
Telefax: 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares,
Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)

Editora: Carla Lisboa

Jornalistas: Carla Lisboa, Luís Ricardo Machado e Leidiane Souza

Revisão: José Antônio de Oliveira

Diagramação: Eduardo G. Antero | Samuel De Paula

Capa: Lisarb Senna

Fotos: Deva Garcia e José Paulo de Oliveira (ECOM)

Impressão: Palavra Comunicação

Tiragem: 45.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução,
desde que citada a fonte.



Secretaria de Administração e Patrimônio

Carlos Cirane Nascimento – Coordenador

Carlos de Souza Maciel

Nilza Cristina G. dos Santos

Secretaria de Assuntos dos Aposentados

Silvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora

Marilange da Silva Vianna

Delzair Amancio da Silva

Secretaria de Assuntos Culturais

Thais Romaneli Leite – Coordenadora

Eliceuda Silva de França

Ticho Laveneere

Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas e Socioeconômicos

Dimas da Rocha Santos – Coordenador

Cássio de Oliveira Campos (In Memoriam)

Ison Veloso Bernardo

Francisco de Assis S. Lima

Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora

Maria Goretti Oliveira Cunha

Ruth Oliveira Tavares Brochado

Secretaria de Finanças

Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora

Bernardo Fernandes Távora

Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

Secretaria de Formação Sindical

Luciano Costódio de Castro – Coordenador

Jairo Mendonça

Magnete Barbosa Guimarães (Meg)

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Cláudio Antunes Correia – Coordenador

Cleber Ribeiro Soares

Samuel Fernandes da Silva

Secretaria de Raça e Sexualidade

Elbia Pires de Almeida – Coordenadora

Leticia Vieira Montandon

Jucimeire Barbosa da Silva

Secretaria de Saúde do Trabalhador

Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador

Gliza Lúcia Camilo Ricardo

Alberto de Oliveira Ribeiro

Secretaria de Organização e Informática

Julio Barros – Coordenador

Luciano Matos de Souza

Solange Buosi

Secretaria de Política Educacional

Berenice Darc Jacinto – Coordenadora

Anderson de Oliveira Correa

Regina Célia T. Pinheiro

Secretaria de Políticas Sociais

Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador

Hamilton da Silva Calana

Yuri Soares Franco

CONSELHO FISCAL

Enóquio Sousa Rocha

Jailson Pereira Sousa

Joana Darc Ferreira Soares

Joana Brito M. Rodrigues

Misael dos Santos Barret

Circula nas redes sociais um meme que diz o seguinte: “Passando pra lembrar que de 2003 a 2014 o filho do pedreiro virou médico... de 2015 para cá o engenheiro virou Uber”. O meme desenha, em poucas palavras, o retrato da situação em que o país afunda. Faltam dinheiro, emprego, segurança jurídica, investimentos financeiros nas áreas sociais.

O país parou e começou a andar, rapidamente, para trás, envenenado pelo discurso do ódio disseminado pela mídia. Enfrenta a maior estagnação econômica de sua história e assiste atordoado o crescimento do neofascismo, do machismo e das ideias nacionalistas xenofóbicas e ultraconservadoras. Instituições que deveriam defender os direitos da maioria e serem a guardiãs da Constituição Federal, envolvem-se na política partidária e executam manobras que favorecem a estrangeiros. Instigam a população a aderir ao neofascismo e a achar natural a Justiça ser seletiva. Interferem nos processos eleitorais.

O Brasil ia bem até 2015, enfrentando com dignidade a crise econômica mundial. Mas o golpe criou o caos. O fascismo cresce até entre a classe média, maior beneficiada do governo democrático-popular. E criou uma figura conservadora, pseudomoralista, travestida de novo, mas com atitudes e um discurso machista, fascista e misógino. Uma personagem que atuou por 28 anos na Câmara dos Deputados como parlamentar improdutivo.

Revestiu-se de honestidade para usar a faixa presidencial, mas é investigado pelo Ministério Público Federal por pagar com dinheiro público uma funcionária fantasma (Wal do Açai). Diz que combate privilégios, mas recebe auxílio-mo-

radia tendo imóvel próprio, local que, por sinal, declarou que usava para “comer gente”. Diz que irá melhorar a segurança, porém, não elaborou nenhum projeto de lei e nem sequer destinou emendas para melhorar a situação da segurança do RJ, e nem para melhorar as condições de trabalho de policiais.

Ao contrário, declarou que apoia as milícias. Desfila como um político que não tem rabo preso, mas é acusado pelo Ministério Público de lavar dinheiro da JBS por meio de partido político. Promete unir o país, mas insufla o ódio aos LGBTs, às mulheres, aos negros e negras, aos indígenas e a qualquer pessoa de pensamento de esquerda. Fala em fuzilar petistas, em matar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, fechar o Congresso Nacional e diz que para resolver os problemas do Brasil só com uma guerra.

O fascismo ressurge em carne e osso após a difusão pela mídia de inverdades e acusações sem comprovações que pavimentaram golpe de 2016. E querem avalizá-lo nestas eleições. Como ilustra a imagem, capa da edição 134 do *Le Monde Diplomatique*, os candidatos que dizem defender o país são os que eliminaram direitos, entregaram riquezas e aprovaram a Emenda Constitucional nº 95/16, que congelou por 20 anos investimentos do Estado nas áreas sociais. A restrição orçamentária é tão séria que afundou Brasil no desemprego e na crise.

Prova disso é o estudo recente do Serasa Experian que mostra aumento da taxa de inadimplência entre brasileiros(as) com mais de 61 anos. A EC95 retirou o futuro dos jovens e jogou idosos na pobreza. Três milhões de idosos não conseguiram pagar as contas de luz, água e gás em julho deste ano. Isso é o que revela

o Serasa Experian, segundo o qual o atraso no pagamento de contas básicas representa 34,3% do total de dívidas de 8,8 milhões de idosos, em julho, mês em que o país registrou um total de 61,6 milhões de inadimplentes. Os idosos estão 14,9% mais endividados com contas básicas do que a média nacional de 19,4%.

O problema é tão sério que até o senador Tasso Jereissati, ex-presidente nacional do PSDB, disse ao jornal O Estado de S. Paulo que os tucanos cometeram “erros memoráveis” após a eleição de Dilma Rousseff, com reflexos para o próprio PSDB nas eleições deste ano.

“O primeiro [erro] foi questionar o resultado eleitoral. Começou no dia seguinte [à eleição]. Não é da nossa história e do nosso perfil. Não questionamos as instituições, respeitamos a democracia. O segundo erro foi votar contra princípios básicos nossos, sobretudo na economia, só para ser contra o PT. Mas o grande erro, e boa parte do PSDB se opôs a isso, foi entrar no governo Temer. Foi a gota d’água, junto com os problemas do Aécio [Neves]. Fomos engolidos pela tentação do poder”, declarou.

O futuro do Brasil e o nosso próprio futuro, enquanto trabalhadores(as) da educação, estão nas nossas mãos. As eleições de 2018 podem ser o último momento para retirarmos o Brasil do fundo do poço e barrar o avanço de uma gestão suicida e entreguista. É por isso que, nesta edição do Quadro Negro, realizamos uma profunda análise de conjuntura para esclarecer, com toda a sinceridade não vista na mídia nacional, os projetos políticos e econômicos de cada postulante à Faixa Presidencial. A todos e todas uma boa leitura e um voto de esperança!

Histórico

Educação pública não está à venda

Breve relato sobre a trajetória da educação nas últimas três décadas. As perdas com a política neoliberal e os ganhos com os governos democrático-populares



No dia 10/8, as centrais sindicais realizaram o Dia do Basta contra as reformas ilegítimas do governo Temer e contaram com o Sinpro-DF

Nos anos 1990 até o início da última década, a luta dos(as) trabalhadores(as) organizados(as) impediu um desmonte maior do Estado brasileiro. Perante a sanha privatista do auge neoliberal do governo do PSDB, com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), causou uma devastação nos direitos sociais e na soberania do país. Nesse período, houve o crescimento de políticas neoliberais, com a imposição de medidas que defendem um Estado que deve ser “mínimo” para dar lugar a interesses privados, com as privatizações generalizadas, o choque de gestão, a aplicação do Estado mínimo e a criação de mecanismo para desviar dinheiro público para o sistema financeiro e países hegemônicos.

Os governos, sobretudo nos anos FHC, cuja orientação era neoliberal, trataram a educação dentro deste paradigma ultraliberal, pregando que os problemas deveriam ser resolvidos pelas privatizações, sem, contudo, resolverem questões estruturais de exclusão social e econômica de grandes setores da população. Todo este quadro de crescimento das políticas neoliberais foi reativado com força a partir do golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016, com uma retirada de direitos nunca antes vista.

Mandatos de Lula e Dilma – Durante os governos Lula e Dilma a educação pública e gratuita obteve conquistas que eram rei-

vindicações históricas da classe trabalhadora. Nesses governos (2003-2015) foram criadas 18 novas universidades públicas; instituído o Piso Salarial Profissional Nacional para professores(as); política de cotas para ingresso no ensino superior e no serviço público; a ampliação da oferta na educação infantil; a ampliação do financiamento da educação básica; um programa nacional de formação inicial de professores; a instituição de um grande número de novas universidades; e a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014.

Na educação, há muitas marcas dos 13 anos. Algumas delas são a expansão das Unidades Pú-

blicas de Ensino, extensão da escolaridade obrigatória dos 4 aos 17 anos, forte crescimento do orçamento para o setor, Lei do Pré-Sal e os 10% do PIB para a educação, investimento na valorização do magistério.

Nesse período, ficou claro, sobretudo, uma concepção de educação socialmente referenciada.

O golpe na política educacional brasileira

Como parte da política de desmonte do Estado, as principais medidas dos 2 anos de golpe atingem em cheio o coração da educação pública brasileira porque impõem graves retrocessos, em especial à educação, uma vez que é regido

por concepções privatistas e por uma agenda conservadora, autoritária, restritiva de direitos e de negação de diversidades, que atende ao aprofundar de preconceitos etnicorraciais, de classe, de gênero, de orientação sexual. Em síntese, a agenda golpista do MEC contrapõe a luta do Sinpro-DF/CNTE da defesa da educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada.

Na visão dos golpistas, a gratuidade pública da oferta escolar é transferida do campo estatal para particular, devendo os empresários e organizações sociais (OSs) se apropriarem dos recursos públicos para ofertarem “gratuitamente” o “serviço educacional”. A gestão de-

mocrática é surrupiada pela gestão empresarial ou pela militarização das escolas públicas. A laicidade e o pluralismo de idéias dão lugar a projetos de lei da mordaza, que pretendem perseguir profissionais da educação e impor a ditadura do pensamento único, nas escolas – a ideologia dominante das elites.

Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC 95) – Talvez esse seja o pior projeto do governo Michel Temer. Ele propõe limitar pelos próximos 20 anos os aumentos dos gastos públicos. Esses aumentos estão limitados ao índice inflacionário do ano anterior. Todas as novas despesas do ano, como reajuste salarial, pagamento de avanços de

carreira, novos programas, investimentos, reformas, entre outras ficarão limitadas ao percentual da inflação do ano anterior. As carreiras dos servidores irão por água abaixo. Ao projetar-se para 2025, a alteração representaria perda de R\$58,9 bilhões no período.

Pré-sal – O Projeto de Lei (PL) nº 4.567/16, apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP) e aprovado na Câmara os Deputados, retirou da Petrobrás a exclusividade da exploração do pré-sal. Os recursos oriundos do pré-sal seriam a principal fonte para a ampliação dos investimentos em educação. Sem estes, não há como implantar as metas do Plano Nacional

de Educação (PNE). Incluindo aí a Meta 17, que estabelece a equiparação do salário dos professores com as demais carreiras de ensino superior. Essa medida, junto com os demais cortes orçamentários, inviabilizará por completo a Meta 20 do PNE, que prevê investir 10% do PIB na educação. Mais uma letra morta do PNE.

Privatização – Acentua-se a privatização do Estado por meio de contratos com organizações sociais (OSs) e da terceirização ilimitada. Mais precarização dos serviços públicos.

Reforma Trabalhista – Esse foi um ataque brutal à Consolidação das

Leis do Trabalho (CLT). Essa lei garante que as negociações entre patrões e empregados tenham mais poder do que a legislação. É a tese do negociado acima do legislado. Assim, se em uma empresa, sob pressão de demissão, os empregados “acordarem” com o patrão de abrirem mão do 13º salário não poderão depois fazer o questionamento na Justiça. O mesmo poderá acontecer com a jornada de trabalho, férias e até redução de salários. Está inaugurado o tempo de barbárie para trabalhadores e trabalhadoras.

Reforma da Previdência – Trata-se de outro golpe contra toda nossa categoria. Algumas medidas já estão sendo anunciadas, entre elas: ampliação da idade para aposentadoria (comum) aos 65 anos (homens) 62 anos (mulheres), aumento do tempo de contribuição, mudanças nos critérios de aposentadoria especial, e o fim da redução de 5 anos para a aposentadoria da mulher. Querem acabar com a aposentadoria especial do magistério. Professores(as) se aposentariam aos 60 anos de idade, um aumento de 10 anos para as professoras.

Reforma do Ensino Médio ou Demolição – O primeiro ataque foi a intitulada “reforma” do Ensino Médio. Em seguida, o desmanche do Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação; e, depois, a desconstrução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Esse é mais um golpe na educação brasileira, que busca, mais uma vez, enxugar, reduzir, empobrecer, aligeirar a formação daqueles que demandam a escola pública brasileira, os filhos dos trabalhadores e assalariados. O ponto central é a “flexibilização” do Ensino Médio por meio de oferta de diferentes itinerários formativos. Essa “flexibilização” não quer dizer outra coisa senão a extinção de disciplinas como educação física, sociologia, arte, espanhol... Somente matemática e português farão parte do currículo obrigatório.

Está evidente que a lei da reforma do Ensino Médio tem que



Aula pública, na Praça dos Aposentados, com estudantes e professores(as) em coordenação

ver com a EC95/16. Ora, dentro dessa ótica perversa, reduzir o quadro de professores (não obrigatoriedade de várias disciplinas) e destruir a carreira docente (fim da obrigatoriedade de ingresso apenas de professores formados) é um passo gigantesco na consolidação da EC95/16.

Quanto à política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, não passa de pura falácia. Foi uma tentativa de criar uma propaganda que abrisse caminho ao desmonte, mas não se sustenta. A lei da reforma do Ensino Médio tem

como intencionalidade transformar o Ensino Médio em um nicho de mercado para as empresas que concebem a educação na lógica de mercadoria, abre espaço para a privatização com OSs e sistema S.

Escola sem Partido (Lei da Mordalha) e ameaças ao/a educador/a

A Lei da Mordalha se caracteriza como mais uma forma de desvalorização social do trabalho docente. O movimento traz consigo um processo de denunciamento e inquisição contra os educadores. Ela materializa uma ação militante das direitas no Brasil.

Cria a figura do assédio ideológico, com penas para educadores e estudantes. Defende uma escola com conteúdos “neutros”, sem conhecimento crítico e sem estímulo à participação social. Bane a diversidade e consagra a censura. Transformado em leis, ferirá direitos constitucionais fundamentais.

Enfim, vivemos um momento extremamente desafiador. Saímos abruptamente de 13 anos de avanços e conquistas, para um período temeroso de ataque à educação, ao serviço público e ao conjunto da classe trabalhadora.

Análise

Da escravidão à Lava Jato: um país dominado pela elite atrasada



Jessé José Freire de Souza é um sociólogo, professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador nas áreas de teoria social, pensamento social brasileiro e estudos teórico-empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo.

No 11º Congresso das(os) Trabalhadoras(es) em Educação Chico Mendes, realizado em agosto, a presença dele lotou o auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC). Todo mundo queria ouvir sua análise de conjuntura.

Ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ele é autor de quase 30 livros, como “A ralé brasileira”, “A radiografia do golpe” e “A elite do atraso: da escravidão à lava jato”. Lançado em 2017, este último mostra como a escravidão no Brasil era um sistema e como tudo foi montado em torno dela. “Quando se resgata a escravidão como questão principal, resgata-se o elemento da humilhação e da distribuição da riqueza”, explica.

Souza afirma que a elite brasileira que antes escravizava é a mesma que agora explora o trabalhador. “Porém, para isso dar certo, é preciso haver a participação da classe média, a quem cabe o “trabalho sujo” de reproduzir os ideais da elite. A classe média brasileira é uma espécie de ‘capitão-do-mato’ da elite”, critica.

Nesta entrevista exclusiva para o Sinpro-DF, Souza aponta o papel fundamental do capitalis-

mo financeiro nos retrocessos que o Brasil enfrenta hoje e recomenda a todos(as) falarem da situação do país por se tratar uma tarefa muito complexa, uma vez que o mundo atravessa um contexto regressivo e está passando por uma contrarrevolução política dirigida contra a social-democracia.

“A democracia social foi feita para, em parte, dividir os lucros do capitalismo não só para a pequena elite de proprietários, mas também para o povo. Isso é o que está sendo atacado. Essa ideia é a que está sendo atacada e a força motriz desse ataque é o que a gente chama de capital financeiro. O que é o capital financeiro? Não é só os bancos. É outra forma de acumulação desse dinheiro, ou seja, desse excedente, de tudo que é produzido pelo nosso trabalho e é de curto prazo”, explica.

Ele critica deputados federais e senadores, juristas e membros da cúpula do Poder Judiciário e afirma que o capital financeiro também tem tentado colonizar países hegemônicos, como Alemanha e a Inglaterra. Só que, diferentemente dos políticos brasileiros, os de lá protegem suas instituições e populações, impedindo a mercantilização de tudo, desde a água e o petróleo até a educação, a saúde e a própria vida.

“Por que esse ataque é tão voraz aqui com a gente? Essa é a questão que precisa ser compreendida. Esse ataque é tão bem-sucedido, diabolicamente, aqui, entre nós, porque o discurso do capitalismo financeiro faz de conta que ele é emancipador. Ele tem a Rede Globo para falar por ele. Quer dizer, a Rede Globo é a boca do capital financeiro. E a Rede Globo tira onda de que defende as mulheres, os negros, as minorias”, denuncia.

Jesse esclarece que o capitalismo financeiro é o contrário do capitalismo industrial, que tinha de pensar a longo prazo. Tinha de pensar, por exemplo, que os seus bens tinham de ser consumidos pelos trabalhadores. “O pessoal do capitalismo financeiro está se lixando para o que está acontecendo aqui dentro”, assegura. Ele cita várias formas pelas quais a elite de rentistas omite a verdade para continuar roubando o Estado brasileiro. Uma delas é a dívida pública que, para Souza, não passa de uma grande fraude para enriquecer o capital financeiro. Confira a entrevista:

Sinpro-DF – Como o senhor vê a relação do mundo atual com as questões da diversidade, mulher, negro?

Jessé Souza – Acho que essa questão é muito importante, mas ela é muito complexa porque o mundo está passando por um contexto regressivo. A gente está passando por uma contrarrevolução em termos políticos e essa contrarrevolução é dirigida contra a social-democracia. Ou seja, a democracia social, feita para, em parte, dividir os lucros do capitalismo não só com os pequenos proprietários, mas também para o povo. Isso é o que está sendo atacado. Essa ideia é que está sendo atacada. A base, a força motriz desse ataque, é o que a gente poderia chamar de capital financeiro.

Sinpro-DF – O que é capital financeiro?

Jessé Souza – Não é só os bancos. É outra forma de acumulação desse dinheiro, ou seja, desse excedente, de tudo o que é produzido pelo nosso trabalho, e ele é de curto prazo. Ao contrário do capitalismo que existia anteriormente, que era industrial, o qual tinha de pensar a longo prazo e, pensando no seu negócio, ele tinha de pensar, por exemplo, que, se ele produz para o mercado interno, seus bens teriam de ser consumidos



pelos trabalhadores. Daí se deduzia que era importante o trabalhador ter poder aquisitivo para comprar o bem dele. No capital financeiro essa proporção não existe. É o maior lucro no menor prazo. E veja essa situação hoje em dia, uma vez que no Brasil nunca teve uma classe de industrial realmente efetiva. Nunca houve capitalismo industrial entre nós. No Brasil houve capitalismo agrário, que é um capitalismo irresponsável de curto prazo porque ele vende a soja

“**Querem tornar o Brasil em uma ficção científica, ou seja, querem reduzir os homens e as mulheres a nenhuma capacidade de reflexão autônoma. Só como a mídia faz.**”

para o mercado internacional. Veja o que está acontecendo aqui: esse pessoal está se lixando para o país. O próprio capital financeiro também. Se o país acabar, ficar todo mundo em pele e osso, aí ele vai matar a África, a Ásia, a Turquia etc. Ou seja, é esse o contexto. A gente está sofrendo o ataque desse tipo de capitalismo.

Sinpro-DF – A imprensa comercial, como a Globo, Veja, Folha, Correio Braziliense, etc., tem dito que não tem escapatória para o Brasil porque o mundo inteiro vive essa situação.

Jessé Souza – Dizer que o mundo inteiro está no mesmo lugar é uma mentira. Esse capital está atacando países como a Alemanha e a Inglaterra. Mas

os gestores da Alemanha e da Inglaterra não estão vendendo seu petróleo, sua água, etc. E não estão deixando seu povo na fome.

Sinpro-DF – Então por que esse ataque é tão cruel e voraz aqui no Brasil?

Jessé Souza – Essa é uma questão importante que a gente precisa compreender. Uma das formas pelas quais ele é tão bem-sucedido, diabolicamente, aqui, entre nós, é porque o discurso do capitalismo financeiro tira onda, faz de conta, que ele é emancipador. Ele tem a Rede Globo para falar, por exemplo. Quer dizer, a Rede Globo é a boca desse pessoal e tira onda de que defende os negros, as mulheres, os homossexuais, as minorias. A Rede Globo, quando tomou para si, ou seja, quando

sequestrou o tema de Marielle Franco não foi porque ela [a Globo] lutava pelos pobres, contra a violência policial, a pobreza, etc. Não. Ela pegou como, abstratamente, por mulher e negra porque o capitalismo financeiro não faz nenhuma diferença se você está explorando branco ou negro, gay ou hétero. O capitalismo financeiro deixa todo mundo em pele e osso indistintamente. Esse é o ponto. O movimento democrático deve tomar muito cuidado com isso porque isso é uma forma de se dividir as classes populares.

Sinpro-DF – Por que no livro “A elite do atraso” o senhor colocou “da escravidão à lava jato” e não “da escravidão ao capitalismo financeiro”?
Jessé Souza – Porque a

Lava Jato é um embuste, uma safadeza. A Lava jato sempre foi uma safadeza. Eu sabia disso desde o início. Eu estava em Brasília e tinha gente de esquerda que acreditava que a Lava Jato teria alguma coisa que pudesse favorecer. Isso mostra que a esquerda tem muita coisa a aprender. Coloquei “à Lava Jato” porque o Brasil é muito mal interpretado. Só se consegue roubar, limpar o bolso das pessoas, se você coloniza a cabeça delas. Como é que se coloniza? Com falsas de ideias. Qual é a falsa ideia? Ideias do tipo que o Brasil vem de Portugal, que o problema é o patrimonialismo do Estado, tudo isso é uma mentira fenomenal. Isso é uma ideia criada pela elite, que cooptou intelectuais, e isso é ensinado, hoje, em todas as universidades, em todas as escolas, em todos os jornais, e é uma tremenda bobagem.

Sinpro-DF – Por que isso é uma bobagem?

Jessé Souza – Porque nascemos, efetivamente, da escravidão. O Brasil nasce em 1532 com a escravidão que se alastra no território inteiro.

A escravidão não existia em Portugal. Somos moldados pela força de instituições. Não é o sanguezinho que vem não sei de onde como se fosse uma picada de mosquito. Não é isso que faz com que as pessoas transmitam cultura. A cultura nasce do convívio com as instituições, família, escola,

justiça, etc. E a instituição mais importante de todas foi a escravidão.

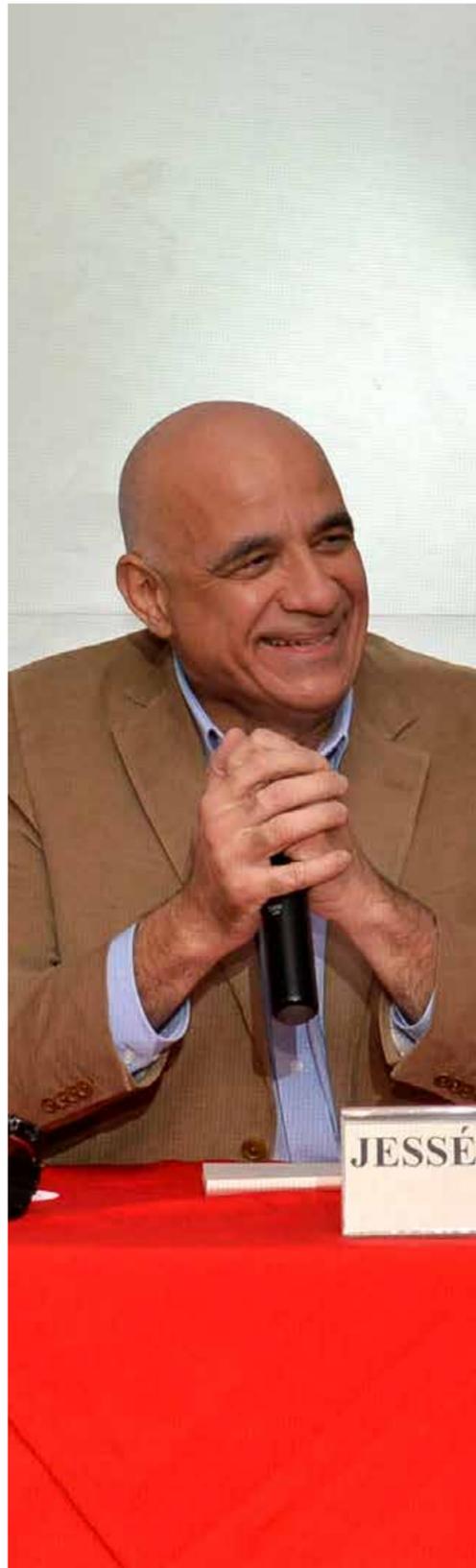
“**A gente tem sempre de tomar muito cuidado com esse negócio de conjuntura internacional porque isso é usado para legitimar o que está acontecendo aqui dentro. Não é assim no mundo todo.**”

Como essa elite, que estava em São Paulo, nessa época, 1930, em reação a Getúlio Vargas, que é essa mentira construída, para quê? Porque Getúlio, quer dizer, membro de uma elite subalterna, mas com apoio da classe média e de setores populares, por causa do industrialismo, apropriou-se do Estado

e o retira de sua função, transformando-o em um banco particular dessas elites porque é isto: a elite precisa do Estado para roubar, como ela rouba hoje em dia. Roubar de verdade. Que é tomar o Orçamento da União, instituir uma dívida pública que é uma fraude etc. e tal.

Quando você diz que a política e o Estado é que rouba, e que você está fazendo é tornar invisível o roubo real que é o dos donos do mercado. Quer dizer, com o livro “A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato” eu quis reconstruir essa história do Brasil como um todo e dizer que tudo isso [esse discurso falso sobre

o Brasil e sua história] é uma grande mentira para invisibilizar interesses econômicos de uma pequena elite. Claro que tudo isso com a força das universidades, da imprensa etc. porque esse pessoal comprou tudo para tentar impor a escravidão para sempre, a desigualdade. Mas



não é só a desigualdade. É impor uma desigualdade absurda como a gente tem aqui, abissal, deixando as pessoas sem nenhuma chance, humilhando constantemente, abandonando, marginalizando. Essa é a questão principal, daí o tema “da escravidão à Lava Jato”.

E coloquei “à Lava Jato” também porque se trata de uma mentira, uma safadeza de entregar nossas grandes empresas para os norte-americanos e os caras ainda têm a cara de pau de dizer que estão devolvendo R\$ 1 bilhão de retorno da Petrobras quando eles causaram um prejuízo de mais de R\$ 160 bilhões. A Lava Jato é a mentira que causa prejuízos de R\$ 160 bilhões e tira onda depois, que sai em todos os jornais, que são dessa mesma elite – a nossa imprensa é um lixo – simplesmente, um braço do poder econômico. A nossa imprensa não discute nenhum assunto.

Basicamente a verdade, entre nós, é o sistema financeiro que é onde todos os proprietários aplicam os seus investimentos, roubam, assaltam o povo, e a imprensa mente. A verdade é essa. E a Lava Jato é a forma, como foi, de criminalizar o Estado a partir do PT, criminalizar a esquerda, criminalizar as classes populares.

Lula está sendo odiado e criminalizado porque ele é líder das classes populares. A raiva não é a Lula. A raiva é às classes populares, aos trabalhadores, aos pobres, porque Lula representa isso. A elite montou a Lava Jato para cumprir esse serviço sujo de afastar a representação popular. É esse o plano para que o povo não participe, que seja roubado, explorado, expoliado. Da escravidão à Lava Jato é a nossa história.

Sinpro-DF – O roubo também é o processo de privatização que eles estão fazendo que dão nome como se fosse sério. Aí entram as duas áreas sociais, educação e saúde. Como ocorre essa rapinagem no âmbito internacional?

Jessé Souza – Acho que a gente tem sempre de tomar muito cuidado com esse negócio de conjuntura internacional porque isso é usado para legitimar o que está acontecendo aqui dentro, quando dizem que é assim mesmo e que é o que acontece no mundo todo. Não é assim no mundo todo. Há muitos países que têm uma reação de forma muito distinta de vida, de organização, etc. Países como a Inglaterra, Alemanha, Canadá, países desenvolvidos,

têm serviços de saúde e educação públicos e gratuitos de boa qualidade para todo mundo. O problema é aqui.

Sinpro-DF – Então para que atacar a educação e a saúde?

Jessé Souza – Essas são as duas áreas que, antes, eram reservadas ao Estado. Carro, roupas, produtos em geral quem produz é a indústria, quer dizer, o mercado. Então, o que significa o Estado dizer que quem vai cuidar de saúde e de educação é ele? Quando você diz isso você está querendo dizer que coisas como educação e saúde não podem depender do azar ou da sorte de você nascer numa família pobre ou numa família rica. Todos os seres humanos têm direito a isso. Quando se ataca isso, o que se está querendo é transformar educação e saúde, que é a base de todo tipo de desenvolvimento autônomo de cada cidadão, etc., em mercadoria e entregá-las de novo para essa rapina do capital financeiro que aqui entre nós é mais ladrão do que nos outros lugares. Vamos falar o português certo: o que se faz no Brasil é um assalto à mão armada pelos bancos e por essa elite.

Sinpro-DF – Boaventura de Souza Santos disse, certa vez, no Sinpro, que a educação está sendo desmontada internacionalmente porque ainda é um dos poucos espaços de resistência dos professores. Aí vem o Programa Escola sem Partido, a Lei da Mordaca.

Jessé Souza – Claro. Exatamente isso. O Escola sem Partido é uma bobagem porque a escola entre nós, exemplo vivo, é quem, obviamente sem ter consciência disso, passa essa coisa toda e que foi montada pela elite. Que diz que tudo veio de Portugal, da corrupção, ela já é conservadora, e claro, porque a sociedade inteira foi envolvida nessa mentira. Não só não existe essa história de escola sem orientação política como a orientação política existe nas nossas escolas. Nossas universidades são favoráveis à elite. Ou seja, o que está querendo se montar aqui é a ausência completa de qualquer forma de debate e discussão. Querem tornar o Brasil em uma ficção científica, ou seja, querem reduzir os homens e as mulheres a nenhuma capacidade de reflexão autônoma. Só como a mídia faz. É para criar uma sociedade-mídia, sem nenhuma instância em que isso possa ser debatido de um modo autônomo. É isso o ataque da educação entre nós.

Estratégia

CUT Brasília lança Plataforma da Classe Trabalhadora

Criado para as eleições de 2018, o documento apresenta projeto de desenvolvimento para o Distrito Federal e elenca propostas das entidades filiadas como forma de intervir nos rumos que a cidade deverá seguir

A CUT Brasília, em parceria com vários sindicatos filiados, lançou no dia 20 de agosto, uma importante estratégia organizativa e de lutas visando as Eleições de 2018. A partir de um projeto de desenvolvimento para Brasília e de propostas para as áreas de educação, saúde, mobilidade urbana, meio ambiente sustentável, segurança e proteção social, a Plataforma da Classe Trabalhadora consolida-se como um importante instrumento de combate a todo tipo de retrocessos e perdas de direitos.

O material elenca as principais pautas por segmento e é uma forma de intervir, efetivamente, nos rumos que Brasília deverá seguir. A cidadania plena é a principal marca de uma sociedade democrática, essa Plataforma é apresentada como uma forma de contribuir para a construção de uma nova sociedade que seja justa, igualitária e solidária. O que se está construindo é o espelho do que a classe trabalhadora espera para o Distrito Federal e para o Brasil, tanto do Executivo quanto do Legislativo, e vamos entregar essa Plataforma a cada candidato para que ele assuma o compromisso de honrar a vontade da classe trabalhadora.





Candidatos ao Governo do Distrito Federal participaram do lançamento da Plataforma, no Teatro dos Bancários

Privatização

Pré-sal: da esperança ao golpe de Estado

Royalties do petróleo injetariam bilhões de reais na educação, mas o golpe tirou, do Brasil, a soberania na exploração dessa riqueza

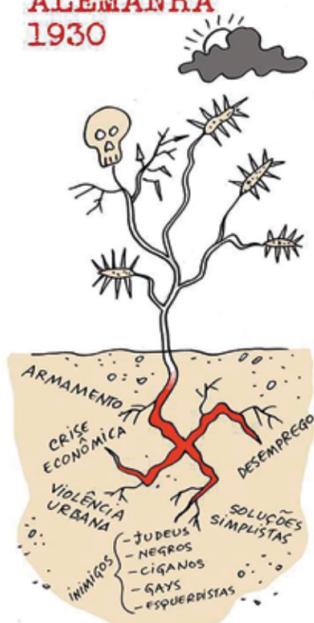


Quando o Brasil descobriu grandes reservas de petróleo na camada de pré-sal, em meados de 2006, o governo Lula deu início a um grande debate em torno da macropolítica do petróleo e sobre a destinação dos royalties. A importância do fundo social e como os recursos advindos dessa riqueza seriam direcionados para os projetos sociais nunca foram deixadas de lado. E a preocupação era respaldada por números.

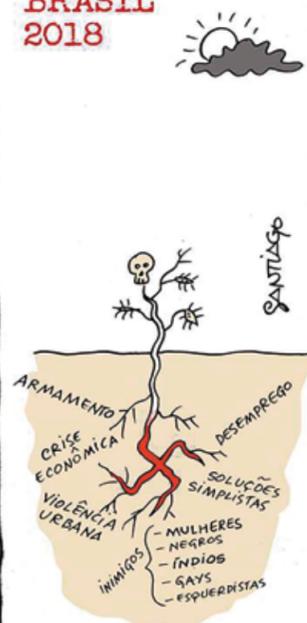
Segundo dados da própria Petrobrás, do total de petróleo produzido no Brasil entre janeiro e agosto de 2017, 48% vieram de 84 poços em campos do pré-sal. A produção na região saltou de 45 mil bbl/dia, em 2010, para 1,2 milhão bbl/dia, ao passo que nas áreas do pós-sal (terra e mar) a produção caiu de 2,015 milhão, em 2010, para 1,369 milhão bbl/dia.

Nesse processo, a educação se colocou como uma das grandes beneficiadas dessa grande

ALEMANHA 1930



BRASIL 2018



Em um momento de aprofundamento do golpe, diante de toda retirada de direitos dos trabalhadores, a CUT reforça a necessidade de a Central assumir o protagonismo na proposição de temas relevantes, em especial ao que se refere à garantia das conquistas trabalhistas e sociais, reafirmando-se como o principal instrumento de luta da categoria no país. A Plataforma, que reúne um conjunto amplo de propostas elaboradas coletivamente, é uma referência para posicionamentos, negociação, mobilização e acompanhamento das políticas a serem implementadas em níveis distrital e federal. Além disso, ela tem como objetivo contribuir para uma relação de forma mais igualitária entre o capital e o trabalho.

Ao longo dos anos, a Central Única dos Trabalhadores tem

protagonizado a luta em defesa do povo brasileiro, em especial da classe trabalhadora, tanto em âmbito local quanto nacional. Nas Eleições 2018, nossa prática não poderia ser diferente. O Brasil passa por momentos de retrocessos e perdas de direitos, por isso, faz-se necessário elegermos candidatos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora e dispostos a dar um basta no golpe político, midiático e jurídico aplicado em 2016, que já causou prejuízos imensuráveis ao país, além de entregar as nossas riquezas ao capital estrangeiro. Para interrompermos esse processo golpista serão necessárias mudanças estruturais que assegurem o resgate da democracia e dos direitos, a defesa das organizações da classe trabalhadora e a participação popular.

jazida de petróleo localizada abaixo do leito do mar. No dia 9 de setembro de 2013, a ex-presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.858/2013, que estabelecia a distribuição dos recursos oriundos da exploração da camada do pré-sal para as áreas de educação e saúde, vinculando as receitas de 75% dos royalties obtidos pela União, estados e municípios com a exploração da atividade para a educação e 25% para a saúde. Além disso, estipulou que 50% dos recursos recebidos pelo chamado Fundo Social do Pré-Sal deveriam ser destinados para os dois setores.

Segundo projeção elaborada no mesmo ano pela consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, o aporte adicional de recursos para as duas áreas poderia chegar a R\$ 179 bilhões até 2022. Recursos importantes para as duas áreas que reivindicam, historicamente, mais recursos do Estado brasileiro. A estimativa se concretizava, uma vez que a área de aproximadamente 200 mil quilômetros quadrados colocariam o Brasil como um ator potencialmente relevante tanto na posição de produtor quanto na de exportador de petróleo. Estima-se que há cerca de 100 bilhões de barris recuperáveis nos campos do pré-sal, o que colocaria o Brasil entre os maiores detentores de reservas, tais como Venezuela e Arábia Saudita.

Golpe de 2016

Com a consumação do golpe que retirou do poder de uma presidenta eleita democraticamente e colocou no governo o interesse do empresariado e do mercado internacional, o projeto, que teve o movimento ativo de professores(as) e, sobretudo, de estudantes de todo o país, começou a desmoronar. Os primeiros indícios foram a desmoralização da Petrobrás, e a entrega de blocos de exploração do pré-sal para empresas estrangeiras em consórcios sem a participação da multinacional brasileira.

Diretor de Exploração e Produção da Petrobrás na época da descoberta do pré-sal, o engenheiro Guilherme Estrella, afir-

ma que a realização dos leilões foi um dos objetivos centrais do golpe que afastou Dilma Rousseff da Presidência da República. “Este governo (Temer) entrega o Brasil, destrói o nosso futuro. A entrega do pré-sal às empresas

PARA, PEDRO... ...PEDRO, PARA!



transnacionais – mas que defendem os interesses de seus países de origem – consiste numa das metas centrais do golpe de 2016. As nações hegemônicas sabem que petróleo e gás natural permanecerão a principal fonte de

energia para a humanidade ao longo dos próximos 50 anos, senão além, até o fim deste século 21. E a província petrolífera do pré-sal brasileiro é, muito provavelmente, a última área petrolífera de reservas de grandes dimensões do planeta. Os geólogos de petróleo de todo o mundo sabem disso”, disse o engenheiro.

Ao dismantlar a possibilidade de mudanças da nossa realidade social e econômica por meio do uso dos recursos advindos com a venda do petróleo do pré-sal brasileiro, setores chave, como a educação e a saúde, perdem muito. A partir do leilão das reservas, estima-se uma perda para a União de cerca de R\$ 500 bilhões de arrecadação sem participação da Petrobrás. Em relação ao volume de royalties e recursos gerados ao Fundo Social, que seriam destinados aos dois setores, percebe-se uma queda de R\$ 25 bilhões sem a participação da Petrobrás.

O petróleo tem uma importância grandiosa, inclusive definindo a hierarquia dos países no mundo. Com a descoberta do pré-sal, lembra o sindicalista, o Brasil passou da 24ª posição para o 3º lugar nesse ranking. Mesmo diante dessa riqueza, o golpe trouxe consequências negativas para o brasileiro e para o país. “Uma das primeiras medidas tomadas pelo Temer após o golpe foi aprovar a lei do senador José Serra, que altera o sistema de partilha do pré-sal, voltando ao modelo de concessão. Além de tirar a exclusividade da Petrobrás na exploração do pré-sal, a artimanha abre as portas para as empresas multinacionais e para o mercado financeiro internacional.

Na educação, o prejuízo é muito grande. “Temos uma estimativa de R\$ 3 trilhões de prejuízos em três anos decorrentes dos royalties do pré-sal e do fundo social. Essa verba já estava destinada para a educação e agora tira nossa esperança de viabilizar o cumprimento das metas do PNE e dos PDES. A sindicalista finaliza lembrando uma frase de Darcy Ribeiro: “A crise na educação no Brasil não é uma crise, mas um projeto”.

O QUE PENSAM OS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Confira o que os candidatos à Presidência da República pensam sobre a Emenda Constitucional 95/2016, que congelou por 20 anos os investimentos públicos nos setores sociais (educação, saúde, previdência etc.); reforma trabalhista (que desmontou a CLT); terceirização generalizada das atividades-fim do Estado; reforma da Previdência (para privatizar esse direito social, entregando-o ao sistema financeiro) Lei da Mordaça (Escola sem Partido) e PEC nº 400/14 (PEC da Meritocracia no serviço público), que vincula a variação da remuneração do servidor público à bonificação



Fernando Haddad - PT

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido Contra						



Jair Bolsonaro - PSL

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido A favor						



Ciro Gomes - PDT

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido Contra	Candidato Partido Contra	Candidato Partido Contra	Candidato Partido Contra	Candidato Partido A favor	Candidato Partido Contra	Candidato Partido A favor



Marina Silva - REDE

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidata Partido A favor	Candidata Partido Contra	Candidata Partido Contra	Candidata Partido Contra	Candidata Partido A favor	Candidata Partido Contra	Candidata Partido Contra



Geraldo Alckmin - PSDB

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido A favor						



Guilherme Boulos - PSOL

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido Contra						



Henrique Meirelles - MDB

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido A favor						



Álvaro Dias - PODEMOS

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido A favor	Candidato Partido Contra	Candidato Partido Não opnu	Candidato Partido A favor			



João Amoêdo - NOVO

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido A favor						



Cabo Daciolo - PATRIOTA

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido Contra						



José Maria Eymael - DC

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido Contra	Candidato Partido A favor	Candidato Partido Contra	Candidato Partido Contra	Candidato Partido A favor	Candidato Partido A favor	Candidato Partido



João Goulart Filho - PPL

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Partido Contra						



Vera Lúcia - PSTU

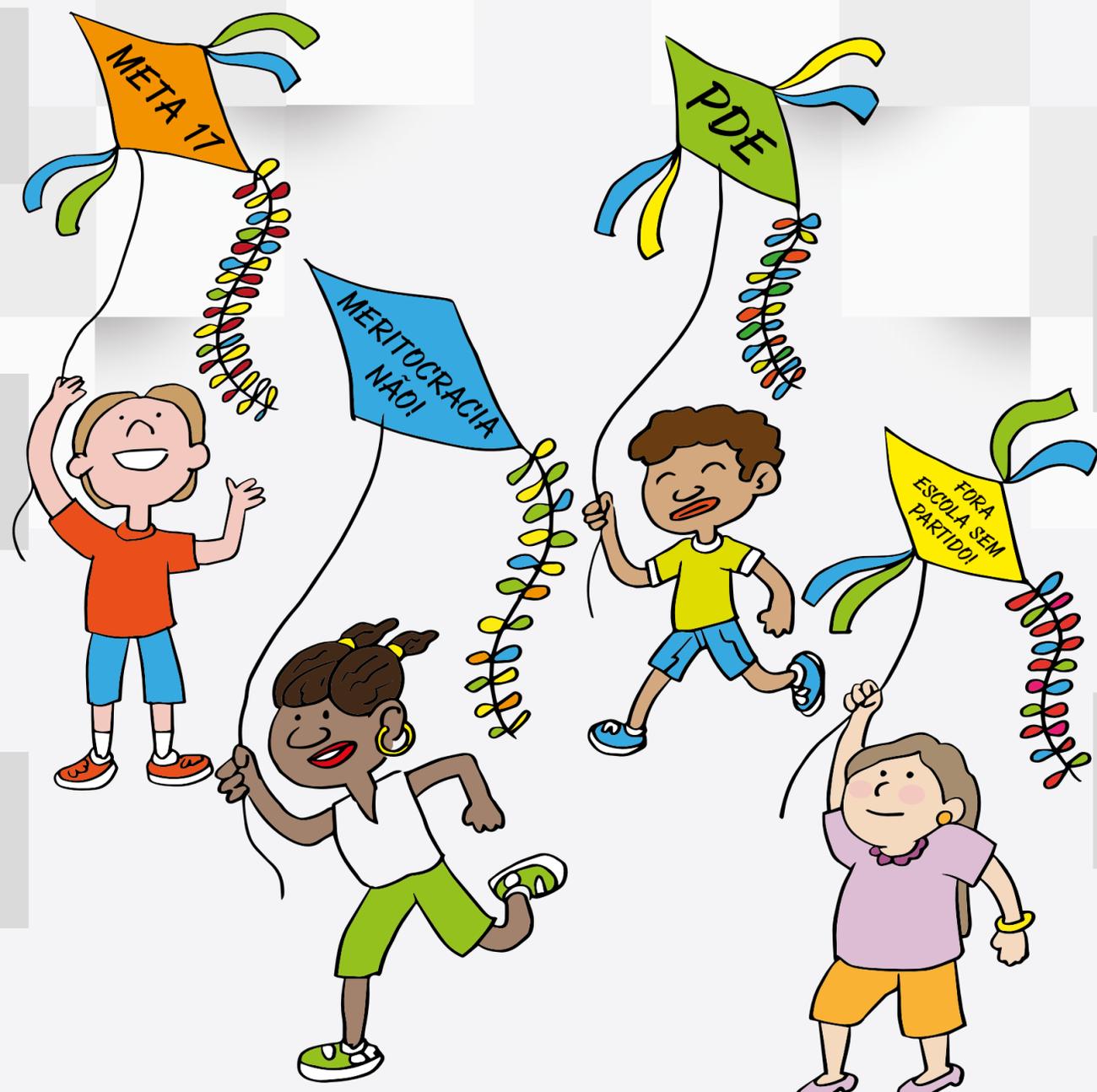
EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidata Partido Contra						



QUEM É QUEM NA CORRIDA AO GDF

Nesta edição do Quadro Negro, o Sinpro-DF apresenta o posicionamento dos candidatos ao Palácio do Buriti e dos seus partidos políticos, relativamente aos temas importantes que pautaram o cenário político nos últimos 4 anos. As intenções de um candidato podem ser mensuradas, dentre outros aspectos, por seu posicionamento sobre os temas relevantes para o futuro da classe trabalhadora. Diante desse ponto tão importante para a escolha

do próximo governador do Distrito Federal, o Sinpro-DF mostra como cada postulante ao GDF e seus partidos se colocaram perante projetos de lei que modificam profundamente e diretamente a vida dos(as) brasileiros(as). Dentre os projetos, destacam-se a Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC95/16), que (impôs limite ao gasto público somente no setor primário, ou seja, nas áreas sociais), a reforma trabalhista, a terceirização, o pré-sal, a reforma da Previdência, o Escola sem Partido e a meritocracia



Júlio Miragaya - PT

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Contra Partido Contra						



Ibaneis Rocha - MDB

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato A favor Partido A favor	Candidato Contra Partido A favor	Candidato A favor Partido A favor	Candidato A favor Partido A favor			



Renan Rosa - PCO

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Contra Partido Contra						



Rogério Rosso - PSD

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato A favor Partido A favor	Candidato Contra Partido Contra	Candidato Contra Partido Contra	Candidato A favor Partido A favor	Candidato Contra Partido Contra	Candidato A favor Partido A favor	Candidato A favor Partido A favor



Fátima Sousa - PSOL

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Contra Partido Contra						



Eliana Pedrosa - PROS

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato A favor Partido A favor	Candidato Contra Partido Contra	Candidato A favor Partido A favor	Candidato A favor Partido A favor	Candidato Contra Partido Contra	Candidato A favor Partido A favor	Candidato A favor Partido A favor



Antônio Guillen - PSTU

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato Contra Partido Contra						



Paulo Chagas - PRP

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato A favor Partido A favor	Candidato Indeciso Partido Indeciso	Candidato Não opou Partido Sem cadeira na Câmara	Candidato Não opou Partido Sem cadeira na Câmara			



Rodrigo Rollemberg - PSB

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato A favor Partido A favor	Candidato Contra Partido Contra	Candidato A favor Partido A favor	Candidato A favor Partido A favor			



Alexandre Guerra - NOVO

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato A favor Partido A favor	Candidato Contra Partido Contra	Candidato A favor Partido A favor	Candidato A favor Partido A favor			



Alberto Fraga - DEM

EC 95/2016	Reforma Trabalhista	Terceirização	Entrega do Pré-sal	Reforma da Previdência	Escola sem Partido	Meritocracia
Candidato A favor Partido A favor	Candidato Indeciso Partido Indeciso	Candidato A favor Partido A favor	Candidato A favor Partido A favor			

Golpe 2016

O FIM DOS DIREITOS HUMANOS

Temer destruiu as políticas públicas instituídas entre 2003 e 2015, que asseguravam os direitos de mulheres, negros(as), índios(as) e LGBT. A EC nº 95/16 recolocou o Brasil no Mapa da Fome

Sete relatores especiais da Organização das Nações Unidas (ONU) criticaram as medidas de austeridade do governo Michel Temer e pediram que as políticas econômicas sejam “reconsideradas” para que questões de direitos humanos sejam colocadas no “centro” da estratégia do governo. Para eles, a população tem “sofrido severas consequências” do golpe.

No comunicado emitido em Genebra, no dia 3 de agosto deste ano, a ONU afirma que há “pessoas vivendo em situação de pobreza e outros grupos marginalizados sofrendo, desproporcionalmente, com o resultado de medidas econômicas rigorosas em um país que já foi exemplo de políticas progressistas de redução da pobreza e de promoção da inclusão social”

Uma matéria divulgada na imprensa sobre a nota da ONU traz a um relato de uma idosa na capital carioca sobre a volta à pobreza. “O armário suspenso sobre a geladeira quase vazia, sacos de farinha de milho empilhados de uma lateral a outra são a única abundância no casebre onde moram três adultos e uma criança, no alto de um morro do bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio”, diz o jornal.

“Estamos comendo angu a semana toda. Ganhamos de uma vizinha. Mas é melhor angu do que nada. Carne, não vemos há

meses”, lamenta Maria de Fátima Ferreira, de 61 anos, enquanto abre as portas do móvel, como se precisasse confirmar seu drama”, relata o jornal.

Os avisos da ONU não são recentes. Em julho de 2017, ela lançou um comunicado ao mundo dizendo que o Brasil estava prestes a voltar para o Mapa da Fome, do qual havia sido retirado nos governos democrático-populares. Estudos do Ipea mostram que a fome no Brasil foi reduzida em 82% nos 12 anos entre 2003 e 2015. O direito humano à comida foi perseguido pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC95/16), do governo Temer.

Assim como o direito à comida e à moradia, outros direitos humanos têm sido eliminados da vida do brasileiro desde o golpe de Estado de 2016, sobretudo os que afetam as chamadas “falsas minorias”: mulheres, que representam mais da metade da população brasileira; e as populações negra, indígena e LGBT.

O golpe de 2016 reintroduziu o neoliberalismo no país e aprovou, apressadamente, a EC95/16, que congelou por 20 anos os investimentos do dinheiro público nas políticas sociais de Estado, causando uma devastação às políticas sociais e de direitos humanos.

Até outubro de 2015, as Secretarias de Direitos Humanos,

de Igualdade Racial e de Políticas para Mulheres tinham *status* de ministério. Após o golpe, perderam esse *status* e suas ações acabaram “diluídas”. Importante lembrar que, no governo de Dilma Rousseff, essas secretarias foram reunidas num único ministério, o qual deixou de existir logo que o presidente ilegítimo Michel Temer assumiu a Presidência da República em maio de 2016.

Direitos Humanos – O total de recursos federais destinado a políticas para mulheres, igualdade racial, LGBTs e direitos humanos caiu 35%, em 2016, em relação ao ano anterior. Como uma das consequências da queda, em 2016, não foi firmado nenhum convênio novo voltado a esses segmentos.

Os temas relacionados aos direitos humanos não dizem respeito a setores minoritários da sociedade, ao contrário, dizem respeito a toda a sociedade. O Brasil viveu, recentemente, três momentos históricos marcantes. Dois deles foram de profundos retrocessos nos direitos humanos e, um, de grandes avanços. bh

Nos anos 1980-90, ocorreu o neoliberalismo, com governos que, embora eleitos, enterraram o Brasil numa profunda crise com retiradas de direitos, privatização das riquezas nacionais, enfraquecimento da soberania e desempre-

go de milhões de brasileiros, brutal exclusão social com extrema pobreza. Essa ideologia de Estado mínimo foi rejeitada nas urnas. Em 2002, o povo elegeu a proposta democrático-popular. A partir de 2016, contudo, o golpe de Estado retomou o projeto de exclusão social dos anos 1990 e pôs em curso o desmonte rápido da nação e a financeirização da economia.



“Minorias” vão às ruas contra fundamentalistas que usam o Estado para massacrar as liberdades individuais e os direitos sociais

O golpe de Estado de 2016 usa a velocidade como instrumento para desmonte das políticas de direitos humanos e destruição econômica do país. “O esfacelamento de nosso país ocorre numa velocidade estonteante de forma que ninguém consegue atualizar os dados. A tática de desmonte em alta velocidade não é sem motivo, há todo um conhecimento de cau-

sa por trás disso, segundo estudos da ativista Naomi Klein, descrito no livro e no vídeo intitulados “A doutrina do choque”.

Associado ao desmonte, há um discurso da classe dominante de repetir à exaustão que as políticas de Lula e Dilma eram assistencialistas e causadoras da crise atual, quando, na verdade, eram baseadas no desenvolvimentismo,

na soberania e na defesa dos interesses e do conteúdo nacionais, incluindo-se aqui o oferecimento de oportunidades para brasileiros historicamente excluídos durante 500 anos de história.

Todo mundo viu que nos governos democrático-populares houve melhora crescente do salário mínimo, programas de incentivo à educação, incremento

dos pequenos negócios, da agricultura familiar, o que assegurou o bem-estar e a sensação de pertencimento em relação ao país e ao dinheiro público que voltava ao povo em forma de créditos, de saúde (Mais Médicos), de educação com o projeto de inclusão educacional e com as políticas de direitos humanos para mulheres, negros, índios e LGBT.

O alargamento dos espaços de cidadania e os atuais retrocessos

Quando se busca assegurar direitos iguais entre homens e mulheres, negros(as) e brancos(as), população LGBT, indígenas, estamos falando em alargar o espaço da cidadania. Estamos incluindo mais gente na vida democrática do país e construindo, para as próximas gerações, uma cidade e um país onde haja menos medo e mais respeito e solidariedade.

Nos governos Lula e Dilma, as políticas implantadas na área de direitos humanos foi produto do acúmulo histórico de cada um desses segmentos. As mulheres, por exemplo, desde os anos 1980, época de redemocratização, clamavam por políticas públicas de combate à violência sexista. Não só clamavam: pesquisaram e elaboraram muito sobre o assunto. A Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio são produtos de décadas de luta e de formulação.

Outra demanda histórica e antiga do movimento de mulheres que o governo Lula atendeu foi a instalação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres para atender a uma das

reivindicações e proposições do movimento feminista. A expectativa era sempre a de ver essa política pública andar para a frente, mas o golpe de 2016 interrompeu esse caminhar.

Quando se fala em direitos humanos, há que se pensar que essa interrupção é como uma pausa, até a sociedade readquirir força política suficiente para resgatar o projeto de igualdade e justiça sociais porque eles podem retirar orçamento, fechar as secretarias, interromper programas, mas não conseguirão fazer com que as mulheres voltem a viver num passado que foi derrotado.

Outra política que contemplou positiva e duplamente as mulheres e a população negra foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Também desmontada pelo golpe de Estado de 2016. Em apenas 12 anos, os governos democrático-populares transformaram a causa LGBT em política de Estado, dando visibilidade inédita à população LGBT.

Uma das primeiras medidas

do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ser empossado como Presidente da República, em 2003, foi dar à Secretaria de Direitos Humanos o *status* de ministério. A medida colocou os direitos humanos no mesmo patamar das outras áreas do Poder Executivo e quebrou uma tradição secular ao dar mais espaço à defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outros.

Mesmo após mais de 13 anos de gestões democrático-populares e apesar das pressões enormes de alas conservadoras para barrar o avanço de direito da população LGBT, houve diversas conquistas na pauta no breve segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff. Um símbolo dessa luta foi a posse de Symmy Larrat como coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ela foi a primeira travesti a ocupar o cargo. O governo democrático e popular adotou 16 medidas de valorização da população LGBT.



Em 2015, Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência, e pelo o Bem Viver levou mais de 20 mil à Esplanada dos Ministérios

16 CONQUISTAS DA POPULAÇÃO LGBT 2003-2015

2003

Elevação da Secretaria de Direitos Humanos à categoria de ministério. A medida aumentou os seus recursos, autonomia e poder de transformação social.

2004

Criação do programa "Brasil sem Homofobia": O programa foi desenvolvido com o objetivo de promover a cidadania e os Direitos Humanos à população LGBT a partir de equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação.

2005

Fortalecimento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT. A sua estrutura foi modificada e passou a contar, obrigatoriamente, com a participação de membros da população LGBT.

2006

Sanção da Lei Maria da Penha. Entre muitas medidas, a lei federal passou a prever expressamente a união homoafetiva feminina.

2008

Realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Considerada um marco histórico, a conferência convocada por decreto presidencial foi a primeira a ouvir, em âmbito

nacional, as demandas da população LGBT. O encontro mobilizou governos estaduais, Ministério Público, representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e a sociedade civil organizada.

2009

Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT. Subordinada à Secretaria de Direitos Humanos, é responsável por articular ações com os demais ministérios e órgãos do governo federal.

2010

Criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. O Plano Nacional inseriu diversas ações de valorização LGBT, seja por renda, escolarização, educação, acesso à saúde, identidade de gênero e prevenção à violência homofóbica. Extensão de direito de declaração conjunta para casais homoafetivos pelo Ministério da Fazenda. Medida é válida, inclusive, para fins de Imposto de Renda.

2011

Criação do módulo LGBT no Disque 100. A intenção foi preparar o Disque Direitos Humanos para receber denúncias de violações de direitos da população LGBT. Elaboração do 1º Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil. Após a publicação do relatório pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, as denúncias contra violência homofóbica aumentaram em 116% em um ano. Realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Nos moldes da conferência realizada em 2008, discutiu-se, nacionalmente, e com diversas entidades governamentais e da sociedade civil, os avanços políticos e sociais sobre o tema.

2013

Alterações no SUS. O Sistema Único de Saúde (SUS) passou a contemplar o atendimento completo para travestis, transexuais e transgêneros, como terapia hormonal e cirurgias. A identidade de gênero passou também a ser respeitada, com a inclusão do nome social no cartão do SUS. Reconhecimento dos direitos de casais de mesmo sexo no serviço público federal. Os casais homoafetivos passaram a ter, oficialmente, os mesmos direitos de qualquer casal, como plano de saúde, licença-gala, entre outros.



Assinatura do governo brasileiro à Convenção contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O texto, assinado em Antigua (Guatemala), define as obrigações dos países sobre temas como orientação sexual e identidade de gênero. Criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT. O Sistema Nacional LGBT é uma estrutura articulada para incentivar a criação de programas de valorização dessa parte da população, comitês de enfrentamento à discriminação e combate a violência, além de oferecer apoio psicológico e jurídico para LGBTs nessa situação.

2015

Posse de Symmy Larrat como coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT da SDH. A paraense é a primeira travesti a ocupar o cargo. Segundo ela, uma das missões mais importantes na função é "tirar os travestis do submundo e da exclusão social".



Os programas sociais e a política de afirmação para assegurar direitos humanos

Além de a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ter *status* de ministério, os governos democrático-populares adotaram a parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social, que gerenciava várias políticas públicas de redistribuição de renda e atendiam à maioria da população, ou seja, as mulheres, geralmente negras, e todos os setores historicamente excluídos.

Essa parceria ensejou, pela primeira vez no Brasil, o real empoderamento das mulheres. O Bolsa Família promoveu, efetivamente, a inclusão social, e assegurou renda. O Minha Casa Minha Vida garantiu o direito social e constitucional à moradia. Esse conjunto de medidas e outras políticas de distribuição de renda retiraram cerca de 38 milhões de pessoas da pobreza e asseguraram vida melhor para a classe média.

Essa iniciativa retirou o Brasil do Mapa da Fome. Todavia, em apenas 2 anos de golpe de Estado, o país aprofunda veloz e rapidamente para os piores retrocessos de sua história. A Emenda Constitucional nº 95/2016 reposicionou, novamente, o Brasil no Mapa da Fome.

Outro passo dado em favor do Brasil foi o desenvolvimento econômico de forma que todas as classes sociais fossem beneficiadas. Na proposta democrático-popular, a justiça social só se materializa se tiver paz social, se for global e se houver inclusão e não exclusão. Com isso, as minorias, que, na verdade, são majorias, conquistaram antigas reivindicações que nunca haviam sido atendidas.

As mulheres, por exemplo, conquistaram a Lei do Feminicídio e, a população LGBT, o reconhecimento e a legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo. No setor agrário, os governos Lula e Dilma criaram o Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) e programas de incentivo à agricultura familiar, à reforma agrária e à política agrícola.

Cotas e Igualdade Racial – Uma das políticas de direitos humanos que mais ganharam destaque nos governos democráticos e populares foram as cotas para negros(as), índios(as) e estudantes da rede pública de ensino nas universidades federais públicas e gratuitas e no serviço público nas três esferas.

As cotas traduzem uma elaboração histórica do movimento negro e a noção de todos nós de que é sim responsabilidade do Estado construir igualdade, especialmente, para desconstruir desigualdades que ele mesmo induziu e fomentou por séculos. A população

LGBT construiu sua luta também nas Paradas LGBT pelo Brasil e pelo mundo, nas quais reivindicava sua visibilidade e seu direito de amar livremente, sem sofrer violência ou discriminação.

Esses debates dizem respeito muito mais do que meramente às identidades. Referem-se ao enfrentamento de uma estrutura construída para favorecer a um pequeno grupo de pessoas que se enriquece exatamente por explorar as desigualdades, das quais o mercado se apropria a fim de manter a concentração de riqueza e a consequente exclusão. Quando se enfrentam as desigualdades históricas como essas, enfrentam-se os pilares desumanos do capitalismo.

Entre 2003 e 2015, as políticas afirmativas adotadas deram

resultados e o Censo 2010 confirmou a novidade. Pela primeira vez, brasileiros e brasileiras que se autodeclararam pardos e pretos apareceram como maioria: 50,7%. No censo anterior (ano 2000), maioria da população brasileira (53,7%) se declarava branca. Longe de um eventual aumento da taxa de natalidade, a explicação para o fenômeno está na elevação da autoestima da população negra, graças às políticas afirmativas iniciadas no governo Lula e ampliadas no governo Dilma.

Durante 12 anos, a renda da população preta e parda cresceu 51,4%, enquanto a da população branca aumentou 27,8%, segundo o IBGE. Mesmo assim, a renda dos negros ainda correspondia a apenas 57,4% da dos brancos – si-

nal de que as políticas afirmativas precisam avançar cada vez mais.

Essas políticas começaram a ser implantadas em 2003, com a sanção da Lei nº 10.639, que tornou obrigatório o ensino de história e de cultura afro-brasileiras nas escolas de todo o país. Mais tarde, com a Lei nº 12.519, sancionada por Dilma, em 2011, foi instituído o 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, que homenageia o herói negro Zumbi, liderança do Quilombo dos Palmares, morto pelas tropas portuguesas em 20 de novembro de 1695.

As políticas de afirmação são parte das plataformas políticas da esquerda, assim como um programa estruturante de construção de igualdade. É na esquerda que mulheres, negros(as), índios(as) e LGBT se organizam e desenvolvem suas estratégias e formulações.

Por isso que quando os conservadores assumem o poder, uma das primeiras ações é des-

truir os avanços conquistados nessas áreas. Não é só por não verem a importância da inclusão, do fim da discriminação, da igualdade. É porque sabem que aprofundar políticas de igualdade de gênero ou de raça significa mexer nos pilares da dominação que caracterizam o Brasil há mais de 500 anos, das quais eles mesmos são beneficiários.

Estudiosos afirmam que os direitos humanos começaram a ser retirados pelo golpe de Estado e a fazer estragos em 2014, com a desorganização da economia como estratégia para a derubada do governo e entrega das riquezas minerais e patrimoniais do Brasil.

Tudo muito parecido com o desmonte que ocorreu com o golpe de 1964, com o caso Panair. O Caso Panair e sua violência jurídica tem se repetido hoje sob o manto da Lava Jato. Assim, qualquer semelhança com as exceções no processo da Lava Jato não é mera coincidência.

O QUE O BRASIL PERDEU ENTRE 2016 E 2018 COM O GOLPE DE ESTADO

Destruição da indústria naval (fim de 50 mil empregos só na indústria naval).

Destruição da indústria nuclear.

Destruição da cadeia produtiva da construção civil; fechamento de fábricas de cimento e materiais de construção.

Encerramento do Programa Ciências sem Fronteiras.

Aniquilação de todas as empreiteiras nacionais de grande porte (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correa, Queiroz Galvão, etc.) com capacidade de concorrência internacional.

Aniquilação da engenharia nacional com extinção de grandes obras.

Mais de 5 milhões de desempregados em 3 anos de golpe.

Monitoramento do governo norte-americano em empresas de tecnologia, como Embraer e Petrobrás. A Embraer só vende aviões se os norte-americanos deixarem.

Congelamento de investimentos sociais por 20 anos.

Aniquilação da Previdência Social.

Extinção de direitos trabalhistas e desmanche da Consolidação das Leis do Trabalho (com o fim do 13º salário, férias e FGTS).

Terceirização generalizada, reduzindo salários e aumentando concentração de renda.

Destruição da indústria agropecuária (carnes).

Déficits primários crescentes (R\$ 120 bi, em 2016, R\$ 200 bi, em 2017).

Fuga de capitais produtivos (FNAC, RHODIA, ESTRELA, etc.).

Privataria de empresas públicas sem concorrência e sem formação de preços.

Venda indiscriminada de grandes extensões do território nacional para transnacionais.

Aumentos de impostos e de preços ao consumidor.

Judicialização da política e criminalização dos movimentos sociais, sindical e estudantil.

Maior índice de endividamento da população da história.



No Dia Internacional da Mulher de 2018, o Sinpro-DF, cuja categoria é 80% formada por professoras e orientadoras educacionais, participou de ato público e marcha em Brasília

Neoliberalismo

Da origem à consolidação do golpe contra a democracia

Após perder nas urnas, a direita aplicou o golpe para efetivar a agenda contrária à classe trabalhadora. Em menos de 2 anos, implantou reformas neoliberais aprovadas pelo Congresso Nacional

O *impeachment* contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (2016) não expôs somente a ruptura da democracia brasileira, mas, também, o início da implantação de uma política voltada para a retirada de direitos da classe trabalhadora. A sinalização para o golpe foi dada pelo então senador Aécio Neves (PSDB-MG), um dia após sua derrota nas eleições presidenciais de 2014. Ele afirmou: “Vamos destruir todos os trabalhos legislativos até o país ‘quebrar’ e a presidente Dilma ficar incapacitada de

governar. Sem o Poder Legislativo (deputados e senadores), ela não consegue aprovar nada contra a crise e o desemprego, e fica muito mais fácil de derrubá-la”.

Se olharmos as recentes páginas da história, é fácil constatar que o golpe teve início com a desestabilização de uma nação que se firmava na democracia, no desenvolvimento econômico e, principalmente, no respeito à sua população. Ao ser reeleita e dar continuidade às políticas iniciadas em 2002, em prol dos(as) trabalhadores(as), no governo Lula,

o mercado internacional e o alto empresariado brasileiro, representados pela direita, viram seus sonhos ruírem. Restou para eles apenas uma saída: produzir um golpe de Estado por meio de um *impeachment* infundado.

Os primeiros passos foram a desestabilização da economia brasileira, seguidos pela inviabilização de projetos e votações no Congresso Nacional, ambiente que pode ser comparado à ditadura militar. A partir desse contexto, os golpistas retiraram Dilma do poder sob o argumento de

ter cometido pedaladas fiscais.

O retrato do golpe era tão claro que uma das primeiras medidas tomadas pelo governo ilegítimo de Michel Temer foi oficializar as tais “pedaladas fiscais” no dia seguinte após a saída de Rousseff da Presidência da República. Estavam abertas as portas para as reformas neoliberais. Desengavetadas, foram aprovadas pelo Congresso Nacional.

Cenário nacional

Dentre os primeiros projetos emplacados pela agenda neoli-

beral, o destaque foi a Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu teto para os gastos e asfixiou o orçamento das áreas sociais por 20 anos, limitando novos investimentos em, por exemplo, saúde e educação.

Educação/pesquisa

No dia 1º de agosto de 2018, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) emitiu uma nota ao Ministério da Educação (MEC) em que explicita os efeitos mais imediatos do teto imposto ao seu or-

çamento para 2019, aprovado no Congresso Nacional pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Depois de assegurada na LDO a manutenção para 2019 do mesmo orçamento de 2018, a Capes foi notificada sobre um corte em seu orçamento que implicará, já para agosto de 2019, no corte de mais de 93 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, além da suspensão de pagamento de 105 mil bolsistas de três importantes programas de formação dos profissionais da educação básica, como o Pibid e o Parfor.

O golpe decreta o fim da pesquisa científica no Brasil.

Outro duro golpe na classe trabalhadora foi a aprovação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da possibilidade de terceirização das atividades-meio e fim da Administração Pública em contratos anteriores à reforma trabalhista, sancionada em julho de 2017. Com isso, a contratação pode mudar a relação de trabalho até no setor público.

Os trabalhadores terceirizados serão os mais precarizados com esta lei. Um dossiê elaborado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), com colaboração de técnicos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra que os terceirizados recebem salários 24,7% menores do que o dos efetivos, permanecem no emprego pela metade do tempo e exercem jornadas maiores. Além disso, eles são os que mais sofrem com acidentes de trabalho. No setor elétrico, por exemplo, a cada dez trabalhadores que morrem, oito são terceirizados.

Terceirização no magistério

No Distrito Federal, por exemplo, poderíamos ter a terceirização do magistério público. Em vez de o Governo do Distrito Federal (GDF) fazer concurso público para contratação de professores(as) do contrato temporário da forma como sempre foi feita, poderá escolher empresas para contratar professores(as) avulsos e horistas para suprir as carências da rede. Isso teria consequências diretas no conjunto de direitos dos(as) professores(as) terceirizados(as), como rebaixamento salarial, uma vez que a fonte pagadora deixaria de ser o GDF, e sim a empresa contratante.

Essa é uma das grandes derrotas para a classe trabalhadora, que é fruto do golpe de 2016. A cada mês que passa constatamos uma série de retrocessos no conjunto de direitos dos(as) trabalhadores(as). Essa terceirização generalizada impacta diretamente na redução de concursos públicos. A terceirização na atividade-fim faz com que as empresas percam sua razão de ser, além de inten-

sificar ainda mais a precarização de todas as profissões, até mesmo daquelas de maior nível de remuneração. A terceirização indiscriminada é mais uma prova de que o golpe é contra a classe trabalhadora, pois, além de retirar direitos, representa a destruição da legislação trabalhista.

Aposentadoria

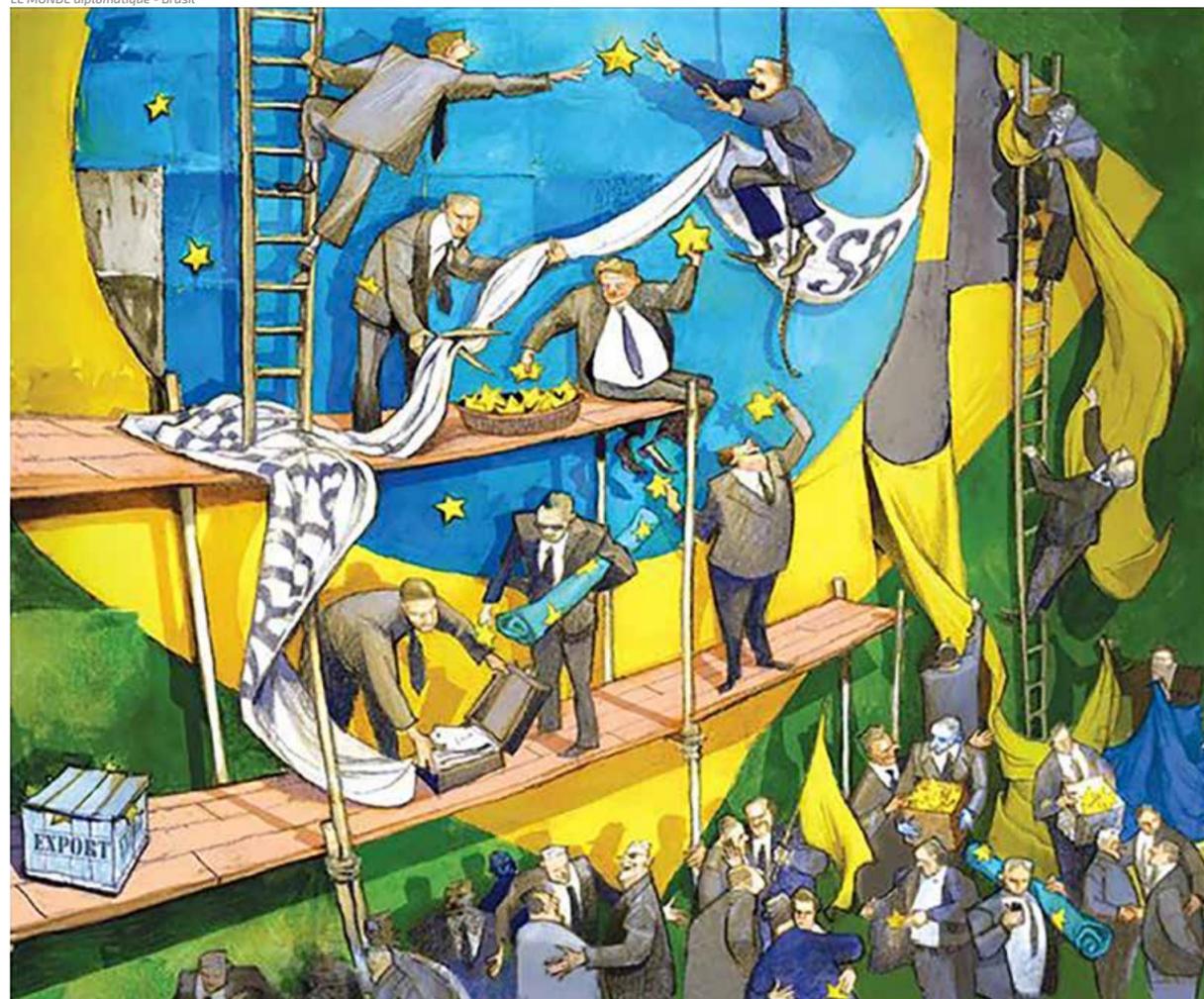
A agenda do golpe ainda tenta aprovar a famigerada reforma da Previdência, que, se aprovada após as eleições deste ano, causará danos agudos à aposentadoria do trabalhador(as). O projeto só não foi aprovado pelo Congresso graças à mobilização dos trabalhadores e sindicatos, com greves, paralisações, atos e manifestações realizadas no país.

Conjuntura local

A situação do(a) trabalhador(as) brasileiro não é diferente. O governo de Rodrigo Rollemberg (PSB) aderiu ao programa neoliberal e graças à mobilização dos(as) professores(as), orientadores(as) educacionais e do Sinpro-DF isso não tem se materializado. Essa mobilização tem impedido que não somente a categoria magistério público, mas o conjunto dos trabalhadores obtenha prejuízos.

Na história do DF, o Sinpro sempre foi de ir à luta. E agora não será diferente porque os direitos da categoria docente e de todos(as) os(as) trabalhadores(as) foram conquistados com lutas e mobilizações e de enfrentamentos contra a intensa exploração imposta aos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, do setor privado e do público. Historicamente, a categoria docente sempre defendeu esses direitos com todas as suas forças. A classe trabalhadora brasileira lutou da mesma forma para democratizar a sociedade, ampliar o controle social sobre o Estado e melhorar a qualidade das políticas públicas. Saúde e educação de qualidade, aposentadoria que assegure qualidade de vida aos(as) aposentados(as), aumento real de salário e política de valorização do salário mínimo são direitos dos quais ela não abre mão.

LE MONDE diplomatique - Brasil



CÂMARA DOS DEPUTADOS
SEQUESTRO DA DEMOCRACIA

Fascismo

Entra em cena o candidato das oligarquias financeiras estadunidenses



adversários em torno de uma causa, em tempo recorde, nacionalmente. A adesão espontânea também é um comportamento inédito. Em menos de um mês, o grupo Mulheres Unidas contra Bolsonaro ganhou a súbita adesão de milhões de integrantes.

As últimas pesquisas eleitorais para presidente, antes do fechamento desta edição do QN, indicam também que ele está com 43% de rejeição, segundo pesquisa do Ibope, de 18/9/2018, registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nº BR-09678/2018 e DataFolha, de 20/9/2018, nº BR 06919/2018. Os movimentos feministas, de mulheres e até de homens mobilizados contra Bolsonaro afirmam que ele é “misógino, homofóbico, racista, elitista, conservador, autoritário, soberbo...” Mas, afinal de contas quem é Jair Bolsonaro, o candidato do PSL ao Palácio do Planalto e ex-capitão do Exército que, um dia, trocou a caserna pela vida pública, trans-

formando-se, nestas eleições de 2018, na ameaça mais grotesca e violenta a todo um processo de

conquistas sociais, históricas e de construção da cidadania, iniciado com a Constituição de 1988?

Paulista de nascimento, desde 1991, Bolsonaro se elege deputado federal pelo Rio de Janeiro com um discurso que mistura apologia à violência policial, como solução para os conflitos sociais, e um apelo patético à defesa de uma moralidade que já não se sustenta nas sociedades modernas. É este o capitão, levado a julgamento pelo Exército por conspirar contra a corporação, ao planejar um atentado à bomba no quartel em que servia para forçar o aumento salarial dos militares, que se colocou, nessas eleições, como o representante da “ordem”, da moral e dos bons costumes.

Bolsonaro foi mais longe: em 28 anos como deputado federal, defendeu a tortura, ajudou a aprovar projetos que prejudicam a sociedade e, sobretudo, os(as) trabalhadores(as), e externou, sem constrangimento, todo tipo de preconceito contra as falsas minorias: mulheres, negros, índios e LGBT. O “capitão” não

O candidato do PSL gerou uma explosão de sentimentos nesta eleição. Escolhido dos grupos de ultradireita, como o MBL e o Vamos pra Rua, e defensor da privatização total do Brasil, ele enfrenta as mulheres que se articularam no Facebook

Nos últimos 30 dias, um fenômeno eleitoral tomou conta do noticiário. Pela primeira vez na história das eleições do país, milhares de mulheres brasileiras de todos os partidos políticos se uniram espontaneamente contra um candidato à Presidência da República. Indignadas com as atitudes e declarações, elas criaram um grupo no Facebook denominado Mulheres Unidas contra Bolsonaro.

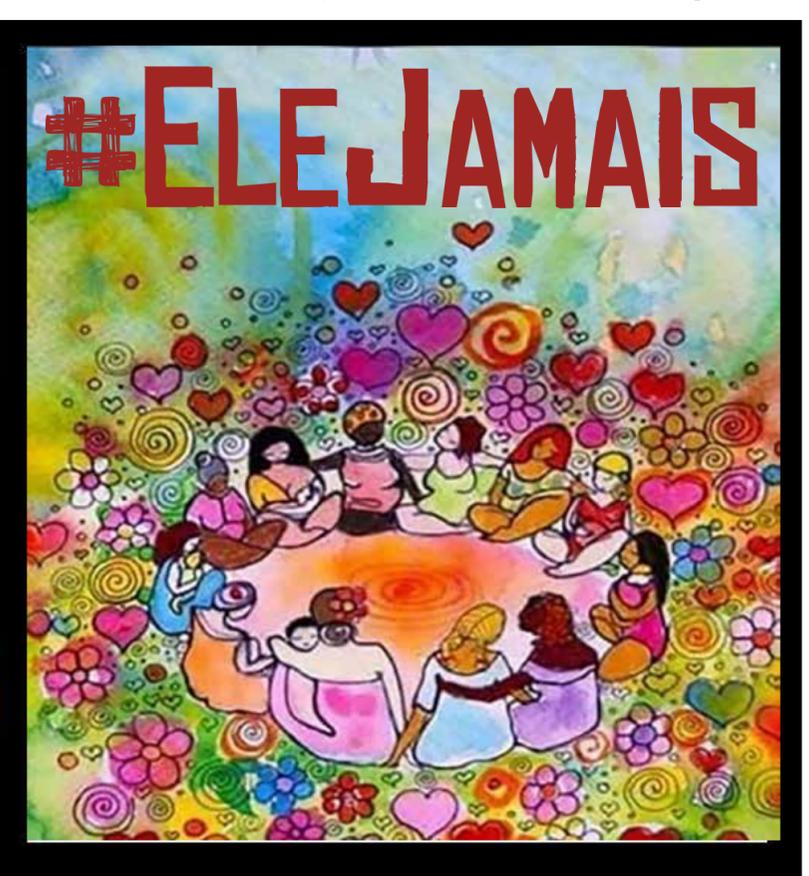
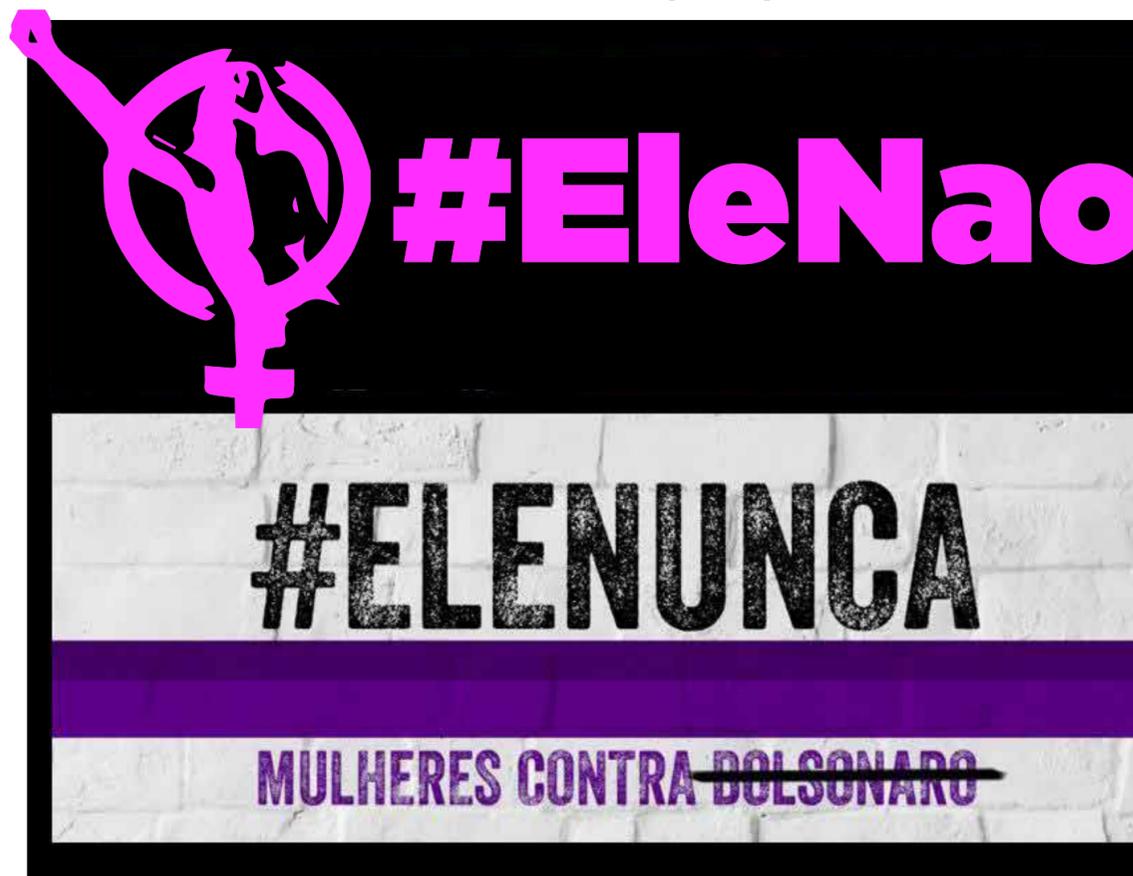
Espontânea e inesperadamente, o grupo teve um crescimento assustador. Em poucos

dias contabilizava mais de dois milhões de adesões, que continuam crescendo. O fenômeno ganhou as páginas de jornais e os institutos de pesquisa, como o Ibope, descobriram que 50% delas não votarão em Jair Bolsonaro, do PSL.

Criado em dia 30 de agosto, a página Mulheres Unidas contra Bolsonaro ganhou força e repercussão. As criadoras do grupo acusam o candidato de fascista e o apontam como perigoso. Também reclamam da violência dos seus eleitores.

Elas dizem que uma gestão dele será ruim para as mulheres, para o setor da educação e para o futuro do Brasil. As criadoras do grupo Mulheres Unidas contra Bolsonaro afirmam que, “dentre os incontáveis defeitos e problemas, estão as declarações públicas dele que incitam o ESTUPRO, a INJÚRIA, a APOLOGIA À TORTURA, a XENOFOBIA, a HOMOFOBIA, o RACISMO e a SUBSERVIÊNCIA AOS EUA”.

Ele é o único candidato que conseguiu reunir milhões de pessoas de partidos políticos



bate continência para a democracia. Não respeita a liberdade. Quer adotar a velha “ordem” autoritária, que oprime a maioria, e uma falsa moral, que castra o direito à orientação sexual e à igualdade de gênero.

Ele se tornou no paradigma de uma volta no tempo, sinônimo de retrocesso a uma época em que se tentava impor aos(as) brasileiros(as) uma “ordem” e um “progresso” para poucos. É o candidato do golpe de Estado de 2016, financiado por grandes investidores estrangeiros. Ao ganhar o apoio dos mais ricos, ele revela como estão presentes, entre as elites, as ideias fascistas de opressão dos pobres, de submissão ao estrangeiro branco e da predação da natureza.

Há um ano, ele foi aos Estados Unidos. Como descreveu o jornalista Antônio Martins, do Outras Palavras, “nos EUA, ele animou reuniões de direitistas de churrascaria, homens de acaju e loiras de farmácia que o chamam de ‘mito’”. Mas, como bem observou Martins, ele não viajou para isso: “Ele foi se reunir, em Boston e em Nova York, com grandes investidores. O homem que defendeu o fechamento do Congresso e a tortura; e que continua dizendo, aos fanáticos de Miami, que dará carta branca aos policiais para matar, está se convertendo numa opção firme dos mercados financeiros”.

Ao analisar esse cenário, o jornalista lembra da mensagem de Antonio Gramsci ao escrever que os monstros surgem nos



interregnos – quando o velho ainda não sucumbiu e o novo não nasceu completamente – ao comparar o surgimento de Jair Bolsonaro com a ascensão do fascista Benito Mussolini, político italiano que, como Adolf Hitler, na Alemanha, construiu uma ditadura sanguinária e terrorista. Hitler assumiu o poder em 1933, após eleições democráticas e livre, imediatamente, instituiu o sistema ditatorial com repressão a quem não lhe fosse convenient-

te, perseguição aos judeus e expansão militar e territorial.

O movimento nazista de Adolf Hitler cresceu, aproveitando-se do descontentamento popular com as inconsequentes crises econômica e política criadas pelos grandes capitalistas. Contrário ao pensamento socialista e ao marxismo, o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), de Hitler, era antidemocrático, antisemita e de um nacionalismo exaltado. Com uma

pregação pseudorrevolucionária, tornou-se a maior força política em 1932.

No Brasil, tentam criar um clima semelhante. Criaram a crise fictícia e financiaram um golpe de Estado, cujo objetivo é entregar aos grandes empresários dos EUA, as riquezas brasileiras. Para manter as veias abertas da América Latina e do Brasil, eles precisam implantar o fascismo e a opressão, amedrontando, intimidando, perseguindo e calando a classe trabalhadora.

HOMENS TAMBÉM CRIAM GRUPO CONTRA BOLSONARO

A organização das mulheres contra a candidatura à Presidência da República de Jair Bolsonaro gerou outro movimento de cunho eleitoral inédito no país: uma mobilização na internet de homens contra o ex-capitão do Exército.

Com o nome de “Homens Unidos contra Bolsonaro”, o grupo no Facebook contabilizava, até o fechamen-

to desta edição do Quadro Negro, mais de 150 mil membros. Na descrição, o grupo se diz:

“Destinado à união dos homens de todo o Brasil (e os que moram fora do país) contra o avanço e fortalecimento do machismo, misoginia e outros tipos de preconceitos representados pelo candidato Jair Bolsonaro e seus eleitores. Acreditamos que este cená-

rio que, em princípio nos atormenta pelas ameaças as nossas conquistas e direitos, é uma grande oportunidade para nos reconhecermos como homens de bem, de amor, de respeito ao próximo e suas diferenças. Esta é uma grande oportunidade de união e reconhecimento da nossa força”, diz a descrição do grupo, que, assim como das mulheres cis ou trans, é fechado e moderado.